



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU

Lei n.º 496
de 30 de dezembro de 2005.

“Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de GARARU, Estado de Sergipe, para o exercício financeiro de 2006 e dá providências correlatas.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARARU, ESTADO DE SERGIPE,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de GARARU/SE para o exercício financeiro de 2006, constituído do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme estabelecido no art. 165, § 5º, da Constituição Federal, estima a Receita em R\$ 9.365.000,00 (nove milhões e trezentos e sessenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 2º A receita municipal, estimada a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente, levou em consideração a arrecadação dos tributos, de transferências constitucionais, dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou Estadual, das cobranças de dívida ativa e de outras receitas correntes e de capitais;

Art. 3º A despesa do Município de GARARU/SE, fixada de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos a esta lei, encontra-se detalhada por órgão, Unidade Orçamentária, Função, Subfunção, Programa, Projeto ou Atividade, Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e, em último nível, por Fonte de Financiamento da Despesa ou Fonte de Recursos.

Art. 4º Durante a Execução Orçamentária fica o Poder Executivo autorizado a:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU

I – abrir Créditos Suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Despesa Fixada, respeitando o disposto Art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

II – realizar operações de crédito por antecipação da Receita Orçamentária, nos termos e nos limites da legislação em vigor;

III – proceder o remanejamento de valores entre fontes de recursos já consignados no Orçamento, devendo os recursos necessários à esta finalidade serem transferidos do mesmo elemento de despesa, constante de um mesmo projeto ou atividade, não sendo este procedimento considerado para efeito do limite de que trata o inciso I deste artigo.

Art. 5º Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

- a) Demonstrativo da evolução da receita nos últimos três anos e projeção para os dois seguintes;
- b) Sumário Geral da Receita e Despesa;
- c) Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas – Anexo 1 da Lei Federal nº 4.320/64;
- d) Receita Segundo as Categorias Econômicas e Natureza de Despesa por Órgão e Unidade Orçamentária – Anexo 2 da Lei Federal nº 4.320/64;
- e) Programa de Trabalho por órgão e Unidade Orçamentária – Anexo 6 da Lei Federal nº 4.320/64;
- f) Programa de Trabalho de Governo – Anexo 7 da Lei Federal nº 4.320/64;
- g) Demonstrativo da Despesa por Função e Vínculo com os Recursos – Anexo 8 da Lei Federal nº 4.320/64;
- h) Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções – Anexos 9 da Lei Federal nº 4.320/64;

Art. 6º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal e Gararu/Se, em 30 de dezembro de 2005.


JOSE CARDOSO MATOS
Prefeito Municipal